

APRESENTAÇÃO

Ao publicar esta 3ª Edição da Revista *Com Censo*, buscamos enfatizar os trabalhos que tratam sobre a formação e a valorização dos profissionais da educação, com vistas a garantir o direito à educação de qualidade social para as crianças, jovens e idosos matriculados nas instituições escolares públicas do Distrito Federal.

O atual Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) traz em seu bojo a valorização dos profissionais do magistério como um dos maiores objetivos educacionais para a próxima década. Há tempos esse vem sendo um desafio enorme para os gestores públicos; paulatinamente, entretanto, a situação caminha para um quadro mais favorável. Desde a promulgação da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conquistou-se um parâmetro legal nacional que visa garantir uma remuneração minimamente adequada aos integrantes das carreiras de magistério público. Porém, a referida lei necessita do constante empenho e vontade política para que se estabeleçam as condições em que haja uma efetiva implantação desses direitos, tendo em vista que muitos estados ainda pagam salários abaixo desse piso nacional. Podemos considerar que o Brasil está a caminho dessa valorização, mas ainda encontra-se bem distante de um patamar satisfatório.

Além das questões que envolvem piso salarial e carreira, a valorização inclui também fatores como melhoria das condições de trabalho e dos processos de formação. Pensar em um processo de formação adequado – tanto a inicial quanto a continuada – é uma das tarefas fundamentais para que possamos vislumbrar as melhorias necessárias às práticas pedagógicas nas rotinas de trabalho do ambiente escolar. Professores e professoras são profissionais incumbidos de maravilhar as pessoas com uma gama infinita de possibilidades, de despertá-las para um envolvimento consciente com a sociedade e de fazê-las capazes de transformarem o mundo. Nesse

sentido, o fortalecimento dos processos de formação docente é imprescindível à prática educativa.

Além das temáticas de formação e valorização docente, incluímos nesta edição textos que trabalham sobre as questões da diversidade. Na prática educativa, não apenas o docente se apresenta como um ser em constante formação, mas também – antes de tudo – o estudante. Essa característica processual precisa estar bem esclarecida e deve fazer parte da consciência de todos em um ambiente educacional. Em uma escola, todos se encontram em um constante processo de criação, recriação, adaptação e fortalecimento de suas identidades. Cada um apresenta-se em sua singularidade multifacetada e também se revela em sua complexa subjetividade. Assim, a escola é um dos poucos locais acessíveis a toda comunidade em que há um ambiente propício para se acolher debates acerca das construções de nossas identidades e para se valorizar a diversidade, incentivando a tolerância mútua entre as pessoas.

A diversidade sexual e de gênero são temáticas que devem se fazer presentes no ambiente escolar, para que sejam devidamente compreendidas e respeitadas. Só o fato de dispormos da escola como um espaço aberto para discussões acerca dessas relações já enseja a possibilidade de que sejam construídas relações genuinamente respeitadas e igualitárias em nossa sociedade. Contudo, ainda hoje existem padrões intolerantes historicamente estabelecidos que reagem com violência diante daquilo que lhes parece inaceitavelmente diferente. Nesse mote, precisamos combater veementemente o sexismo e a homofobia, e todas as outras formas de violência presentes nas escolas.

O fenômeno da violência no ambiente escolar é algo que assusta cada vez mais gestores, professores, estudantes e comunidade escolar, apesar de dispormos de poucas pesquisas e avaliações amplas sobre as suas variadas formas de ocorrência. A violência detém muitas vias de expressão, como a física e a patrimonial, mas também pode afetar as relações interpessoais, como no caso da

violência moral e a psicológica. De qualquer modo, todo tipo de violência presente na escola acaba por deteriorar e esvaziar de sentido as atividades de ensino e aprendizado. Enfim, diversidade e violência são assuntos que devem ser levados em conta por gestores, professores e toda comunidade escolar, no sentido de buscarmos uma plena compreensão dos fenômenos e alcançarmos uma via para convivências mais pacíficas e tolerantes.

Esta 3ª edição regular da Revista *Com Censo* traz discussões relacionadas principalmente à tarefa de se buscar um aprimoramento na formação e na valorização da profissão docente e dos profissionais de educação. Concomitantemente, são debatidos temas como a questão das relações de gênero, da sexualidade e da violência no ambiente escolar.

Na entrevista, realizada com Márcia Ângela da Silva Aguiar, Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, se discute a situação da formação docente no Brasil. Ela fala sobre o perfil das instituições incumbidas da formação docente no país, sobre a maneira que os Planos Nacionais de Educação trataram a questão da formação e da valorização docente, e sobre as perspectivas para a construção do Sistema Nacional de Educação e seu importante papel na busca pelo incremento na qualidade da formação docente.

No primeiro trabalho, na parte de relatos de experiências, temos o texto intitulado ***As Relações Colaborativas na Comunicação entre Gerações Docentes: Uma Análise Revelada em Narrativas Reflexivas de Professoras Supervisoras de Programas Institucionais de Incentivo à Docência***, das autoras Hipácia Miriam Fontes Rehem – professora do Centro Educacional 02 do Cruzeiro-SEEDF, mestre em Ecologia pela UnB –, Ana Constância Macedo Faria – professora do Centro de Ensino Médio 414 de Samambaia-SEEDF, que possui mestrado profissional em Ensino de Ciências pela UnB –, Andréa Bernardes – professora do Centro de Ensino Médio Paulo Freire-SEEDF, especialista em

avaliação de Impacto Ambiental pela UPIS – e Maria Rita Avanzi – professora adjunta do Núcleo de Educação Científica (Nebio) da UnB, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Neste texto, são apresentados alguns aspectos relevantes da convivência entre professoras de escolas públicas do Distrito Federal e jovens licenciados, bolsistas de programas governamentais de incentivo à docência; na fala das autoras, também é trazida uma reflexão sobre a riqueza das experiências que podem ser compartilhadas e exploradas, como alternativa para a preocupante realidade constatada pelas estatísticas educacionais, no que concerne à atratividade da carreira docente.

No relato de experiência **Desafios e Reflexões sobre Turmas de Aceleração da Aprendizagem no Distrito Federal**, de autoria de Gilvan Charles Cerqueira de Araújo – professor de Geografia no CEF Dra. Zilda Arns-SEEDF, doutorando em Geografia pela Unesp, Rio Claro-SP –, são apresentados depoimentos que analisam a tarefa cotidiana dos docentes responsáveis por turmas do projeto de Correção da Distorção Idade-Série desenvolvidas no Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, na Região do Itapoã, Distrito Federal.

Na seção de artigos, trazemos seis trabalhos nesta edição. Primeiramente, o artigo **Os desafios da carreira dos profissionais da educação à luz do Plano Nacional de Educação**, de Odorico Ferreira Cardoso Neto – professor da Universidade Federal de Mato Grosso – e Remi Castioni – professor da Universidade de Brasília –, traz algumas reflexões sobre a trajetória do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, remarcando o pioneirismo e o percurso realizado pelo estado de Mato Grosso, abordando a questão de como os profissionais da educação foram tratados no âmbito do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso (PEE-MT).

No artigo **Formação Docente: Desenvolvimento Profissional e Valorização do Professor**, assinado por Andréia Cristina Cardoso de Sousa – professora no CEF 308 de Santa Maria-SEEDF, licenciada em Língua Portuguesa e especialista em Administração Escolar e Ciência Políticas Educacionais –, tematiza-se a relação entre o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento pessoal, no tocante à formação docente, e é feita uma análise das necessidades atuais no que diz respeito à

formação de professores, tendo em vista a busca pela devida valorização dos profissionais de educação.

No trabalho intitulado **Formação de Professores da Correção da Distorção Idade-Série no Distrito Federal: Primeiras impressões**, realizado em parceria pelas autoras Rafaela Nunes Marques – professora de anos iniciais da EC 104 de São Sebastião – CRE São Sebastião – SEEDF, especialista em Língua Portuguesa, mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília e doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília –, Adriana Santos de Oliveira – professora da SEEDF, especialista em Códigos e Linguagens e suas Tecnologias pela Universidade de Brasília e mestranda em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia – e Michelle Campêlo Costa – professora da SEEDF, atua como professora formadora na EAPE, especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco-RJ, em Gestão e Orientação Educacional pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin-FTED e em Letramentos e Práticas Interdisciplinares nos Anos Finais pela Universidade de Brasília –, é feita uma averiguação da importância de um curso específico voltado para professores que atuam em turmas de correção da distorção idade-série, onde se observou a auto-percepção dos cursistas com relação a sua formação, concluindo que houve boa aceitação do curso pela maioria dos cursistas e bons impactos da formação na prática pedagógica e na organização do trabalho docente.

No artigo **Quadro da Saúde dos Servidores de Educação do Distrito Federal: Estudo de Caso**, Luan do Carmo da Silva – professor no CED 02 de Brazlândia – SEEDF, licenciado e mestre em Geografia (UFG/Goiania) – e Luciany Oliveira Osório Borges – professora no CED 02 de Brazlândia – SEEDF, licenciada em Artes Visuais (UFG/Goiania) e especialista em História Cultural (UnB/Plano Piloto) – fazem um estudo de caso tematizando a situação da saúde do servidor da Educação do Distrito Federal. Após análises de dados coletados na escola pesquisada, os autores sugerem uma forma de se investir na saúde do professor a partir da criação de um grupo voltado para a promoção de saúde, que encorajasse a prática de ginástica e exercícios laborais, utilizando o espaço da coordenação pedagógica para desenvolvimento do projeto.

No trabalho chamado **Currículo e Relações de Gênero: Reflexões Acerca do Currículo da SEEDF**, Aldenora Conceição de Macedo – professora da SEEDF, licenciada em Pedagogia pela Universidade Evangélica de Brasília, especialista em Direitos Humanos da Criança e Adolescente (UFG), em Educação para a Diversidade e Cidadania (UFG), em Gestão Escolar (UnB), em Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça (UnB) e em Orientação Educacional (UNEB); e mestranda em Direitos Humanos e Cidadania (UnB) – e Douglas Antônio Rocha Pinheiro – professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG), doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) – trazem para análise e discussão o Currículo da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal (SEEDF) de 2014, documento que vem corporificar princípios constitucionais cruciais para se desenvolver um tratamento adequado às questões de gênero no âmbito das atividades pedagógicas, visando o reconhecimento e a valorização de manifestações livres e legítimas nas construções de identidades.

No texto **Uma análise das percepções sobre a violência entre jovens da periferia no ambiente escolar**, de Felipe de Lemos Cabral – professor no Centro de Ensino Médio 404 de Santa Maria-SEEDF, mestre em Ciências Políticas pela UnB –, é elaborado um estudo do fenômeno da violência no contexto escolar, mediante a coleta e análise de dados amostrais referentes à percepção do que seja comportamento violento no ambiente escolar entre jovens estudantes do Ensino Médio da periferia de Brasília, aonde se chega a algumas indicações sobre a percepção geral sobre o que é considerado comportamento violento para estudantes da referida faixa etária.

Pretendemos, com esta edição, trazer para o debate as condições atuais e as estratégias possíveis para lidarmos com a demanda por qualificação profissional e por valorização dos profissionais da educação. Esse esforço em prol da valorização dos profissionais da educação engendra, por sua vez, as condições necessárias para a construção e o estabelecimento de uma educação pública de qualidade para todos. ■

Fabio Pereira de Sousa

Subsecretário da Secretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da SEEDF